

Credor quer financiar só US\$ 5 bi

Governo reivindica US\$ 7 bilhões. Outros pontos podem ser negociados

Dois bilhões de dólares e algumas posições divergentes que o governo considera negociáveis separam o Brasil do acordo de médio prazo de reescalonamento da dívida com os bancos credores. Em documento de 60 páginas, classificado ontem como iniciativa "altamente positiva" pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, os bancos propõem 5 bilhões de dólares para refinarçar os juros vencidos em 87 e a vencer em 88 e parte de 89, enquanto o governo quer 7 bilhões de dólares para este refinanciamento.

Mailson fez questão de destacar que o documento dos bancos é uma iniciativa inédita nas negociações da dívida com os países em desenvolvimento e é a primeira proposta concreta dos credores ao Brasil nos últimos três anos. "Há alguns itens na proposta com as quais não concordamos, mas é importante ressaltar que os bancos, pela primeira vez, põem por escrito e que pretendem financiar, colocando na verdade, uma proposta sobre a qual se pode negociar", assinalou.

Accentuou que o documento — cujos detalhes discutiu ontem à noite com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e a equipe negociadora — foi entregue a Milliet apenas nove dias após o Brasil ter efetuado o pagamento de 350 milhões de dólares dos 960 milhões de dólares dos juros que venceram em janeiro. Para o ministro da Fazenda, a iniciativa dos bancos é uma demonstração clara de que, como o Brasil, pretendem um acordo rápido.

— Há um evidente progresso nas negociações, que tentarei apressar na minha viagem aos Estados Unidos — declarou.

Mailson disse que, mesmo sendo um avanço nas

negociações, o documento dos bancos não é motivo para que o Brasil faça novo pagamento dos juros correntes. Segundo ele, um outro pagamento só ocorrerá quando os dois lados se acertarem quanto ao valor do refinanciamento dos juros.

As linhas básicas das propostas dos bancos e as posições brasileiras são as seguintes:

Juros — Os bancos se propõem a refinarçar 5 bilhões de dólares dos juros vencidos em 87, a vencer em 88 e parte de 89. Este valor toma por base as projeções dos bancos do balanço de pagamentos brasileiro e inclui os recursos que liberaram no acordo provisório firmado no fim do ano passado, incluindo também os desembolsos de acordo provisório. Mailson acha viável uma "conta de chegar" entre as propostas dos dois lados.

Spread — Os credores querem um spread (taxa de risco) de 0,875 por cento sobre o estoque da dívida antiga e um número semelhante, que o ministro não soube precisar, por não lembrar, para a dívida nova. É maior do que o spread obtido pelo México, de 0,812, mas Mailson destacou ser mais da metade da taxa de risco atualmente paga pelo País. É um spread satisfatório, deixou entender.

Prazo — Os bancos propuseram um prazo de 20 anos para reescalonar o principal do estoque da dívida com eles, em torno de 68 bilhões de dólares. É um bom prazo, na opinião de Mailson, porque significará, de imediato, um grande desafogo na amortização da dívida contraída por empresas estatais, Estados e municípios, mas o Brasil vai tentar ampliá-lo.

FMI — Os credores insistem num acordo prévio com o Fundo Monetário In-

ternacional (FMI) e na vinculação entre os desembolsos do Fundo e dos seus recursos para o refinanciamento dos juros. É um dos itens em que há mais distância entre as posições das duas partes. O Brasil reafirmará a necessidade da desvinculação e só começa a negociar o acordo com o FMI em fins de março, anunciou o ministro da Fazenda.

Securitização — Mailson não informou se a proposta brasileira de transformar parte da dívida em títulos de longo prazo (securitização) está mencionada no documento dos bancos, mas anunciou que ela não será negociada na mesa com os credores. O Brasil deverá contratar um banco internacional de renome para negociar a securitização no mercado, revelou.

ACELERAR

Ao anunciar que pretende acelerar os progressos já obtidos nas negociações para o acordo de reescalonamento de médio prazo em sua viagem aos Estados Unidos, que começa amanhã à noite, Mailson traçou as linhas básicas do discurso que fará a vários interlocutores durante seu periplo de uma semana por Washington e Nova Iorque:

o Brasil quer, "urgente-mente", normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional, de forma a obter o retorno de capitais externos fundamentais ao crescimento da economia, e, internamente, se propõe "um combate vigoroso ao déficit público".

O ministro da Fazenda ressaltou que a questão da informática, pela qual há ameaça de retaliações produtos brasileiros pelo Estados Unidos, é um assunto estanque e totalmente desvinculado das negociações da dívida.